

*Economia -  
Brasil*

# Crescimento em 97

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, desmente qualquer possibilidade de recessão este ano e garante um crescimento entre 4,5% a 5% do Produto Interno Bruto do País neste exercício. Palavras animadoras e necessárias neste momento, quando as boas notícias sobre o baixo índice de inflação do ano passado (10,3%) são, em parte, eclipsadas pelo desempenho do comércio exterior, com o déficit de US\$ 5 bilhões no ano passado, que deverá ser mais ou menos o mesmo no corrente ano. O ministro manifesta seu otimismo explicando que o principal desafio não está no suposto equilíbrio das contas de exportações com as de importações, mas com o déficit público, apontado, mais uma vez, como o vilão das finanças nacionais, tendo em vista que foi de R\$ 9,41 bilhões o déficit do Tesouro no ano passado - mais que o dobro do ano anterior.

Numa economia de mercado como a nossa, em que se reduz progressivamente a participação estatal nos negócios, a tarefa de conter o déficit público é missão para o Governo. Desde a implantação do Plano Real, em julho de 1994, o País tem obtido sucessivas vitórias no controle desse déficit. Mas, como reconheceu o ministro da Fazenda, a fera ainda não foi domada. E nem se sabe, realisticamente, se o será. Os Estados Unidos lutam, há décadas, pela redução de seu déficit público, o maior do mundo. E não têm conseguido, apesar dos diversos governos e das variadas políticas.

Mais importante, para o setor produtivo da economia, é a garantia do ministro Malan de que o Governo não vai adotar qualquer medida para restringir o consumo e o crédito ao consumidor. Na sua opinião, o consumidor brasileiro está mais cauteloso em comprar bens de financiamen-

to longo, enquanto os bancos estariam mais seletivos na concessão de seus créditos. Com isso, seria desnecessária qualquer nova intervenção das autoridades monetárias no processo.

De fato, o mercado precisa ser deixado livre, pois os seus próprios agentes - produtores e consumidores - já aprenderam a conviver e a conhecer melhor seus próprios limites. A redução da intervenção estatal tem sido fator positivo para estimular o crescimento natural da atividade econômica. É preciso aprofundar essa diminuição da quantidade de regulamentos, começando pela folha de pagamentos das empresas, uma promessa sempre acenada pelo Ministério do Trabalho, mas até agora não cumprida. Além do mais, convém sempre lembrar que desregular a legislação social e trabalhista é um passo importante para estimular a economia e diminuir o desemprego.